

O objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento do caráter de instituição intergovernamental do MERCOSUL. Para tanto, utilizamos a perspectiva da teoria Institucionalista das Relações Internacionais, pela qual as instituições são criadas para servir aos interesses dos seus signatários, e, portanto, são eficazes quando conseguem atender a estes interesses. Analisamos dois eixos do MERCOSUL: seu aprofundamento institucional – de normativa e organismos – e sua capacidade representativa dos interesses nacionais – aqueles comuns (do Tratado de Assunção – desenvolvimento e inserção internacional) e os particulares de cada Estado. Para o primeiro eixo, buscamos informação junto à secretaria do MERCOSUL e em bibliografia relativa à política externa dos Estados Partes e aos obstáculos da integração, assim como artigos da imprensa e discursos dos líderes do Cone Sul. Os resultados indicam que houve aprofundamento institucional do MERCOSUL desde 1991, mas que sua efetividade política é diferente entre os períodos anterior e posterior a 2003. Este ano marca mudanças políticas no Cone Sul, as quais contribuíram para o fortalecimento político da integração, sendo a mais relevante a crescente importância do “combate às assimetrias”. Identificamos esta temática como parte da estratégia brasileira de fortalecimento do bloco, almejando que ele seja considerado pelos demais sócios como uma instituição que, além de lhes favorecer economicamente, serve aos interesses de suas políticas externas, e não apenas às intenções brasileiras de liderança regional.